

Oposição critica agência para regular conteúdo da mídia

Proposta prevê avaliação de material de rádio e TV; "Isso descamba para censura", diz João Almeida, líder do PSDB

Para Ophir Cavalcanti, presidente da OAB, "já há mecanismos na Constituição" para que a Justiça puna excessos

A criação pelo governo de uma agência para regular o conteúdo divulgado pelo setor de rádio e televisão recebeu o apoio do PT e críticas da oposição e de setores da sociedade civil.

A Folha revelou ontem que a primeira versão da minuta do projeto de lei que vem sendo elaborado pelo governo para regular o setor de radiodifusão e telecomunicação prevê a criação da ANC (Agência Nacional de Comunicação), voltada a avaliar o conteúdo exibido por esses veículos.

Caberá a essa agência avaliar o conteúdo veiculado pelas emissoras de rádio e TV e aplicar sanções, inclusive pecuniária, se considerar a programação inadequada.

O presidente da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), Ophir Cavalcanti, disse que "já há mecanismos na Constituição para determinar que, se houver excessos, abusos, a Justiça pode determinar providências, inclusive reparação indenizatória".

Na avaliação de Cavalcanti, a iniciativa "não irá encontrar ambiente no Congresso".

Para ele, essa proposta "advém de um governo que ainda não se acostumou com o debate, com a dialética e, sobretudo, com o papel fiscalizatório que a imprensa tem em favor da sociedade".

O diretor da Abert (Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão), Roberto Antonik, afirmou ontem que teme, com a possível criação da agência, o controle de conteúdo jornalístico e a supressão da liberdade de expressão.

Ele defendeu o conjunto das leis que regem as telecomunicações do país, muitas vezes taxadas de anacrônicas, e afirmou que o setor já está "hiper-regulado".

A oposição também criticou: "Isso é uma coisa sempre muito perigosa e descamba para a censura", disse o deputado João Almeida (BA), líder do PSDB na Câmara.

O líder do DEM no Senado, José Agripino (RN), fez coro: "Esse governo tem um cacoete pelo cerceamento da liberdade de imprensa".

Já o líder do PT na Câmara, deputado Fernando Ferro (PT-PE), defendeu a discussão sobre a criação de uma nova agência, que conviveria com a Anatel (Agência Nacional de Telecomunicação), criada no governo Fernando Henrique e voltada a questões técnicas. "O que não pode é interditar o assunto."

Para Roberto Muylaert, presidente da Associação Nacional dos Editores de Revistas e ministro-chefe da Secretaria da Comunicação Social (no governo FHC), a iniciativa é "estranha".

Muylaert afirma que os termos da proposta, "muito vagos", deixam espaço a muitas interpretações, inclusive à possibilidade "inaceitável de controle de conteúdo".

No entanto, diz ele, o projeto tem um ponto positivo: a proibição de que políticos com mandatos sejam concessionários de rádio e TV.

Fonte: Folha de S.Paulo, São Paulo, 8 dez. 2010, Primeiro Caderno, p. A10.